

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, SC

Ref.:

Processo Administrativo nº 8/2024

Pregão Eletrônico nº 2/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO DE DIVERSAS ESPECIALIDADES E PROCEDIMENTOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA REDE DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC.

HUMANI SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.478.252/0001-00, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327, Conjunto 41, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, e-mail: licitacao@grupohumani.com.br, por seu representante legal Sr. Phillipe da Cruz Silva, inscrito no CPF sob o nº 356.773.358-35, com fulcro no artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no item 4 do Edital, tempestivamente, vem, a presença de Vossa Senhoria, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

1 DA LICITAÇÃO

O edital de Pregão Eletrônico nº 8/2024, tem como escopo o REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO DE DIVERSAS ESPECIALIDADES E PROCEDIMENTOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA REDE DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC.

Verifica-se, contudo, que o edital contempla vícios os quais deverão ser sanados antes da abertura do certame, conforme se passa a analisar.

2 DO ITEM IMPUGNADO

2.1 Da irregularidade na exigência de registro do CNES

Nos termos do Termo de Referência, a presente licitação tem como escopo:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO DE DIVERSAS ESPECIALIDADES E PROCEDIMENTOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA REDE DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Entretanto, com relação à qualificação técnica das licitantes, o Edital exige, dentre outros, a apresentação de:

15.4 PESSOA JURÍDICA

(...)

V – HABILITAÇÃO TÉCNICA

(...)

c) Inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, do logradouro idêntico aos constantes dos alvarás e contrato social, e a Ficha Cadastral de Estabelecimento de Saúde comprovando a

vinculação do (s) profissional (is) da licitante ao CNES.

A legislação aplicável ao caso compreende a obrigatoriedade de cadastro dos profissionais de saúde que prestam o serviço, mas não das empresas que fornecem serviço de mão de obra médica.

Não há qualquer menção no Edital ou no Termo de Referência de que os serviços serão prestados em estabelecimento próprio das licitantes, mas tão somente nos estabelecimentos do Município de Coronel Freitas.

As sedes administrativas das empresas, que não realizam atendimento de saúde, e servem apenas como apoio administrativo às atividades desenvolvidas em outros locais, estão isentas de cadastro CNES.

Vejamos o art. 360, inciso II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017:

Art. 360. Para efeito deste Capítulo considera-se: (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 3º)
II - estabelecimento de saúde: espaço físico delimitado e permanente onde são realizadas ações e serviços de saúde humana sob responsabilidade técnica; (Origem: PRT MS/GM 1646/2015, Art. 3º, II)

Nesse sentido, temos julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, vejamos a ementa:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. FORNECIMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS AO HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO DE PORTO ALEGRE - HPS. EDITAL. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE - CNES. PORTARIA Nº 1.646/2015 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CONCEITO DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE. DESCABIMENTO. Objetivando o certame a contratação de empresa terceirizada com vistas ao fornecimento de mão-de-obra especializada para a prestação de serviços médicos, e não

se enquadrando a agravante no conceito de estabelecimento de saúde previsto no artigo 3º, II, Portaria nº 1.646/2015, revela-se descabido exigir-lhe, para fins de participação no certame, inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, tal como consta da cláusula 2.1.3.1.2 do Edital nº 673/2022, sob pena de evidente restrição à competitividade do processo licitatório, em afronta ao artigo 3º, § 1º, I, Lei nº 8.666/93.

AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO, EM PARTE.

(TJRS. Acórdão. Processo nº 50420971720238217000; Relator (a): Armínio José Abreu Lima da Rosa; Data do julgamento: 22/03/2023)

Ou seja, inequivocamente a Portaria acima se refere a **estabelecimento de saúde**, ou seja, **espaço físico delimitado e permanente**, não se aplicando às empresas que fornecem tão somente mão de obra médica.

Em favor de nosso argumento, anexamos o Ofício nº 82/2023/CGSI/DRAC/SAES/MS, cujo assunto é: *“Exigência de registro no CNES para prestadoras de serviços médicos que não realizam a atividade em espaço físico próprio”*, em que o Departamento de Regulação Assistencial e Controle, do Ministério da Saúde, afirma:

Empresas que realizam serviço, como fornecimento de profissionais para atuação em estabelecimento de saúde, de fato, não devem receber numeração no CNES, por não se tratar de um estabelecimento de saúde, mas uma empresa do ramo da saúde.

As empresas que prestam serviço de mão de obra médica não são consideradas estabelecimentos de saúde, mas empresa do ramo da saúde, conforme esclarecimento do Ministério da Saúde no ofício anexo.

Tratando a presente licitação de contratação de empresa para prestação de serviços médicos, não se justifica a exigência de que a empresa licitante apresente o cadastro no CNES.

Devemos notar que a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu artigo 67, estatui que:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

IV – prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, **quando for o caso**;

Ora, a Lei de Licitações é de clareza solar.

Primeira consideração, o CNES foi instituído por portaria e não por lei. Segunda consideração, o CNES objetiva o cadastro de estabelecimento de saúde, o que não autoriza interpretação ampliativa para abarcar a generalidade das empresas do ramo de saúde.

Conforme dispõe o art. 37, XXI, da Constituição Federal, somente são permitidas as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Destacamos que não é facultada a empresa promover a sua inscrição no CNES, existindo impedimento de fato, com a recusa do órgão gestor responsável pelo CNES, à efetivação deste cadastro. O órgão gestor, no Município de São Paulo, recusa o cadastramento de empresas prestadoras de serviços médicos.

Por essas razões, impugna-se o Edital para que seja retirada a exigência de que as licitantes apresentem cadastro CNES, por absoluta incompatibilidade com o objeto licitado.

3 Dos pedidos

Ante todo o exposto, requer o Impugnante o recebimento e acolhimento desta impugnação para suspender a abertura da sessão prevista para o próximo dia 13 de maio de 2024, até que os argumentos lançados nesta impugnação sejam sanados pelo órgão licitante, sob pena de nulidade.

Por fim, requer a republicação do instrumento convocatório, nos termos do § 1º, do art. 55, da Lei Federal nº 14.133/2021, com a designação de nova data para o certame.

Termos em que
Pede deferimento.

São Paulo, 7 de maio de 2024.

PHILLIPE DA CRUZ SILVA
CPF nº 356.773.358-35



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Departamento de Regulação Assistencial e Controle
Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informação em Saúde

OFÍCIO Nº 82/2023/CGSI/DRAC/SAES/MS

Brasília, 03 de julho de 2023.

À Senhora

Luiza Castro Santos Furtado

Advogada

Lawyer Infraestrutura & Regulatório GMS Law – Gama Monteiro Socreppa

Rua Padre Anchieta, 2348, 23º Andar, Bigorrrilho,

CEP 80730-000 – Curitiba/PR

Assunto: Exigência de registro no CNES para prestadoras de serviços médicos que não realizam a atividade em espaço físico próprio

Senhora Advogada,

1. Foi recebido neste Departamento de Regulação Assistencial e Controle (DRAC/SAES/MS) o Ofício S/N, de 27 de junho de 2023, por meio do qual questiona acerca de registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) para prestadoras de serviços médicos que não realizam a atividade em espaço físico próprio.
2. Inicialmente, esclarecemos que o CNES é uma ferramenta para cadastro dos estabelecimentos de saúde, não de empresas do ramo da saúde. As empresas são registradas na Receita Federal do Brasil (RFB), e, caso se trate de um estabelecimento de saúde, realiza o cadastro no CNES. O cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são de responsabilidade de cada estabelecimento de saúde, através de seus responsáveis técnicos ou responsáveis administrativos, bem como do gestor do território do estabelecimento de saúde, estadual, municipal ou do Distrito Federal, de acordo com o compromisso de alimentação dos sistemas pactuado, conforme definem a Portaria de Consolidação nº 01/GM/MS/2017, Título VII, Capítulo IV, Seção II e a Portaria de Consolidação nº 01/SAES/MS/2022, Título III, Capítulo II, Seção I, Subseção III.
3. Em resposta aos questionamentos, informamos que para cadastrar um estabelecimento de saúde no CNES é necessário, primeiramente, verificar se o estabelecimento atende aos critérios mínimos para o cadastramento no CNES.
4. Conforme consta na Portaria de Consolidação nº 01/GM/MS/2017, em seu artigo 360, inciso II, para o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), estabelecimento de saúde conceitua-se como "espaço físico delimitado e permanente onde são realizadas as ações e serviços de saúde humana sob responsabilidade técnica". Os critérios mínimos para se considerar uma edificação como um estabelecimento de saúde:

Espaço físico delimitado e permanente: está relacionado à infraestrutura necessária para se considerar um espaço como estabelecimento de saúde. Não estão excluídos estabelecimentos

móveis, como embarcações, carretas etc. Isso significa que estruturas temporárias, como barracas, tendas ou atendimentos realizados em regime de mutirão em locais públicos abertos, não podem ser consideradas estabelecimentos de saúde.

Onde são realizadas: há a intenção de que se entenda a obrigatoriedade do efetivo funcionamento, já que não se pode afirmar qual a finalidade de uma instalação física que não esteja em execução de suas atividades. Ou seja, um espaço desativado ou em construção pode facilmente ser alocado para outras atividades que não saúde, não podendo ser considerado como um estabelecimento de saúde nesta situação.

Ações e serviços de saúde de natureza humana: A necessidade de que o estabelecimento de saúde realize “ações e serviços de saúde humana” permite que a saúde seja entendida em seu amplo espectro, possibilitando a identificação de estabelecimentos que realizam ações de vigilância, regulação ou gestão da saúde, e não somente estabelecimentos de caráter assistencial. Do mesmo modo, impede seu uso para outros estabelecimentos que não têm o foco direto na saúde humana, como por exemplo os estabelecimentos que visam a saúde animal, os salões de beleza, as clínicas de estética, as instituições asilares, dentre outros, que embora estejam no escopo de atuação da vigilância sanitária, não devem ser considerados como estabelecimentos de saúde.

Responsabilidade técnica: a introdução do conceito de “responsabilidade técnica” vem de acordo com a legislação vigente, já que não se pode desempenhar ações e serviços de saúde sem que exista a figura de uma pessoa física legalmente responsável por elas.

5. Empresas que realizam serviço, como fornecimento de profissionais para atuação em estabelecimento de saúde, de fato, não devem receber numeração no CNES, por não se tratar de um estabelecimento de saúde, mas uma empresa do ramo da saúde.

Atenciosamente,

CARLOS AMILCAR SALGADO
Diretor



Documento assinado eletronicamente por **Josafá Santos, Diretor(a) Departamento de Regulação Assistencial e Controle substituto(a)**, em 14/07/2023, às 18:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0034497287** e o código CRC **29142471**.

Referência: Processo nº 25000.090259/2023-60

SEI nº 0034497287

Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informação em Saúde - CGSI
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br

Criado por elizabeth.silva, versão 9 por leandro.melo em 13/07/2023 17:43:37.